

O papel do turismo frente às novas ruralidades: o caso dos assentamentos rurais

Patrícia Alves Ramiro¹
Danielli Granado Romero²

¹Professora assistente da Universidade Estadual Paulista . Rosana/ São Paulo. Brasil. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: patriciaramiro@rosana.unesp.br

²Professora assistente da Universidade Estadual Paulista. Rosana/ São Paulo. Brasil. Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo. E-mail: danielli@rosana.unesp.br

Recebido em 16.10.2012

Aceito em 21.12.2012

ARTIGO

Resumo

Novas configurações do campo nas sociedades contemporâneas vêm resultando na denominada nova ruralidade. Nesse cenário, o meio rural ultrapassa a dimensão agrícola, à qual esteve vinculado durante bastante tempo, e abarca uma multiplicidade de funções, dentre as quais se destaca o turismo. Nesse artigo apresentaremos considerações iniciais, baseadas em nossa experiência no assentamento Nova Pontal, município de Rosana (SP). Mais especificamente, interessa-nos aqui o espaço rural dos assentamentos no Brasil, com ênfase analítica sobre os aspectos da divisão sexual do trabalho, organização social e questão ambiental relacionada à atividade turística. Para tanto, foram adotadas, além de metodologia participativa, técnicas como a observação participante e a coleta de depoimentos gravados. Do ponto de vista sociológico, notamos que a abertura destes espaços à visitação representa, por um lado, uma função simbólica relevante para camponeses e cidadãos e, por outro, poderá vir a ser uma força motriz para a recuperação e/ou conservação do meio ambiente.

Palavras-chave: turismo rural, assentamentos rurais, sociabilidade, meio ambiente.

Abstract

In contemporary societies, new configurations of the countryside have resulted into a so-called new rurality. In this scenario, and differently from what happened in the past, the rural dimension exceeds the farm sphere, now playing multiple functions such as tourism. In this paper, we present some initial remarks, based on our experience in the Nova Pontal settlement, municipality of Rosana, São Paulo State. More specifically, we are interested in Brazilian rural settlements and in gender-based labor divisions, social organization and environmental issues related to tourism. For this purpose, we have adopted a participatory methodology and techniques, such as participant observation and the collection of recorded statements. From a sociological point of view, we perceive that an opening of rural settlements to tourists plays, on the one hand, a symbolic function relevant to peasants and townspeople, and, on the other, it could be a driving force for the recovery and/or the conservation of the environment.

Keywords: rural tourism, rural settlements, sociability, environment.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais, após décadas de interesse pelo surgimento e crescimento das cidades no mundo contemporâneo, retorna ao centro das atenções a discussão referente ao papel do espaço rural nas sociedades capitalistas. Conforme as áreas do conhecimento, cada disciplina “filtra seu olhar” em consonância com seus paradigmas e, assim, surgem uma diversidade de estudos produzidos por economistas, agrônomos, historiadores, geógrafos, antropólogos e sociólogos, entre outros, contribuindo, ainda que de maneira segmentada, à compreensão do campo no Brasil e no mundo.

A partir das últimas décadas do século XX, a maneira de compreender e articular as relações entre a sociedade, cultura e natureza passam por significativas considerações, tanto do ponto de vista ambiental, devido ao sentimento emergente da necessidade de preservação do meio ambiente, quanto do ponto de vista econômico e social ao questionar qual tipo de desenvolvimento desejamos na sociedade atual. Neste cenário, o turismo no espaço rural vem aparecendo, para alguns, como uma das possibilidades de conservação do patrimônio tangível e intangível campestre e de estímulo ao desenvolvimento local.

Neste trabalho predomina a abordagem sociológica sobre as potencialidades do turismo frente ao cenário rural atual, o qual vem sendo chamado pela academia de novas ruralidades. Mais especificamente, interessa-nos aqui o espaço rural dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, com ênfase analítica sobre os aspectos da divisão sexual do trabalho, organização social e questão ambiental relacionada à atividade turística. Para essa análise utilizaremos como suporte metodológico o estudo de caso do assentamento rural Nova Pontal, município de Rosana, localizado na região do oeste paulista, conhecida como Pontal do Paranapanema.

Embora, vários estudos sobre a região do Pontal tenham demonstrado como os assentamentos rurais são extremamente relevantes para o desenvolvimento local dos pequenos municípios daquela região, a mesma ainda permanece como a segunda região mais pobre do Estado de São Paulo, ficando atrás apenas da região do Vale do Ribeira. Desde 2009, são desenvolvidas atividades de extensão universitária e pesquisa referente à viabilidade turística neste assentamento em parceria com a Associação de Mulheres do Assentamento Nova Pontal (AMANP).

Norteados pelo método de Paulo Freire da educação como prática da liberdade, temos a extensão universitária como uma ação muito além de uma obrigação legal¹, que merece destaque tanto pela riqueza que a troca dos saberes entre academia e sociedade civil pode trazer para melhor adequação das pesquisas à realidade nacional, quanto pela efetividade das ações junto aos grupos sociais envolvidos nos projetos rumo às suas necessidades.

Com abordagens de metodologias participativas, através de técnicas que garantem a participação de todos os envolvidos, independente de seu grau de escolaridade, tais como o uso de imagens em recortes de revistas e jornais, rodas de con-

versa, etc., garantimos a existência de relações mais humanizadas, repletas de alteração na postura do pesquisador e também no papel ativo do grupo social envolvido na proposta em todas as etapas do trabalho. Desta maneira, as mulheres do assentamento participaram do levantamento dos potenciais locais, da definição de roteiro e público-alvo, da divulgação, execução e avaliação para o recebimento de visitantes.

Ao utilizarmos de metodologias participativas em todas as etapas do processo de discussão, permitimos que a comunidade receptora tenha voz ativa e que, desta maneira, reflita sobre seu passado, compreenda seu presente e planeje seu futuro. Nesse trabalho, destacaremos a implantação de roteiros rurais no assentamento tendo como público alvo discentes do Curso de Turismo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e a prática de aulas de campo interdisciplinares executadas por dois anos consecutivos no assentamento pelas autoras desse trabalho, visando articular a dimensão cultural e ambiental com a dimensão histórica daquele espaço.

Paralelamente ao trabalho de extensão, são realizadas pesquisas que visam acompanhar as percepções simbólicas e materiais dos envolvidos, tanto das associadas que recebem os visitantes, quanto dos que as visitam em seu local de moradia e trabalho. Nesse momento, técnicas clássicas das abordagens sociológicas e antropológicas são postas em prática, indo desde a observação participante e anotações de campo até a aplicação de questionários e coleta de depoimentos com uso de gravador. Do ponto de vista metodológico, podemos dizer que, neste caso, extensão e pesquisa se retroalimentam e compõem as considerações aqui realizadas.

A escolha dos assentamentos rurais como *locus* de pesquisa se justifica por diversos motivos. O principal deles é a relevância da compreensão do papel econômico e social da adoção de alternativas não agrícolas em espaços onde a agricultura se mostra insuficiente para garantia da geração de renda suficiente para conquista da qualidade de vida desejada pelos habitantes do campo. Em pesquisa anterior, Ramiro e Mancuso (2009) detectaram que, embora a percepção dos assentados do Nova Pontal seja a de uma vida melhor que antes, o maior desafio percebido pelos mesmos é a questão financeira.

Outra dificuldade comum aos assentamentos refere-se à dificuldade do escoamento da produção. Sob este aspecto, o turismo poderia ser um vetor para implantação de arranjos produtivos locais que valorizassem o trabalho realizado das áreas de reforma agrária. Cabe ressaltar que a riqueza dos “saberes-locais” vai além da produção agrícola, perpassando a fabricação caseira de queijos, pães, doces, biscoitos até o artesanato. Vendê-los junto ao comércio local ou diretamente aos visitantes (caso da situação aqui analisada) pode significar um aumento na renda familiar e/ou a valorização do trabalho das mulheres, como pretendemos demonstrar adiante com esse estudo.

As perguntas que norteiam a discussão aqui presente se referem à como, nesse novo cenário rural, são (re)construídas as sociabilidades que envolvem o “encontro

turístico”? Como se veem os agentes sociais receptivos e como são percebidos frente a essa recente realidade? E, por fim, podemos pensar que a implantação do turismo no espaço rural da reforma agrária será capaz de responder à demanda social de conservação ambiental? Importante frisar que não se pretende aqui fazer uma análise minuciosa deste local específico, mas sim, utilizar a experiência propiciada no mesmo, como estímulo à análise presente, permitindo, nalguns pontos, ultrapassar a dimensão local e propor reflexões para as áreas de reforma agrária do país como um todo.

Como veremos adiante, a acelerada degradação ambiental resultante da adoção do modelo produtivista, intensificado na década de 1950, ocasionou impactos ambientais e sociais que reduzem os argumentos economicistas a meros coadjuvantes de um cenário devastador e desolador.

Precisamos recordar que as cidades que, a partir da década de 1950, haviam atraído milhares de moradores do campo em busca de melhores condições de vida, mostram-se insatisfatórias para tanto. Seguidas crises econômicas, no campo e na cidade, fizeram com que muitos desejassem reverter o sentido do fluxo migratório, vendo no campo a possibilidade de uma vida mais tranquila e com mais dignidade.

Desse modo, àqueles que haviam optado por ficar no meio rural mesmo na época “áurea” de nossa industrialização tardia somaram-se ex- migrantes ou filhos dos mesmos num processo de busca pelo direito de permanência no campo.

Se para esses demandantes, a terra é percebida como terra de trabalho², ou seja, lugar de moradia e de trabalho, para muitos cidadãos o campo passa, nas últimas décadas do século XX, a ser atrativo para ocupação do tempo de lazer, ou seja, local de descanso durante o período de recesso do trabalho.

Nesse trabalho, saímos dos espaços rurais mais estudados e visitados, como é o caso dos hotéis fazendas, para entender quais as consequências que a implantação da atividade turística pode apresentar frente às trocas materiais e simbólicas em espaços socialmente marginalizados, como os assentamentos de reforma agrária brasileiros.

O LUGAR DO CAMPO E DA CIDADE NAS NOVAS RURALIDADES:

Uma breve contextualização sociológica e histórica de como cidade e campo aparecem enquanto conceitos importantes para compreensão e explicação da realidade social nos parecem pertinente, visto que, por bastante tempo, campo e espaço agrário se confundiam e também que, nem sempre, o campo foi sinônimo de local de lazer para a população urbana.

As transformações sociais recentes apontam para a presença de indústrias e outros serviços no meio rural (como é o caso do turismo), bem como, por outro lado, ainda que em bem menor escala, áreas naturais protegidas em ambientes urbanos, hortas urbanas, etc.



Assim, a própria maneira de compreensão da realidade sociocultural rural, a qual relacionava, há bem pouco tempo atrás, a identidade camponesa às atividades agrícolas, se vê perante um novo cenário no qual se mesclam atividades agrícolas e atividades não agrícolas. Sendo que as atividades não agrícolas podem ocorrer tanto em espaços tipicamente agrários, como é o caso da produção de artesanatos, das pequenas agroindústrias e do turismo no espaço rural, quanto em ocupações tipicamente urbanas, como proletarização nas grandes indústrias presentes no meio rural ou em cidades próximas.

Devido a esse contexto, falamos na existência de uma nova ruralidade. Importante frisar que o termo tem grande influência da reflexão europeia sobre a questão. De fato, como nos mostra Wanderley (2009), para a compreensão das recentes transformações do rural e suas relações com o urbano, “(...) a enorme efervescência que anima os embates políticos e os debates acadêmicos, especialmente na Europa, está hoje presente entre nós e muitas vezes servem de argumento para a defesa de nossos próprios pontos de vista sobre a realidade brasileira” (WANDERLEY, 2009, p. 203).

O caso francês mostra-se relevante, pois aponta para a hipótese de que a atividade turística no meio rural, além de uma boa estratégia econômica, pode constituir-se numa forma de valorização do território, contribuindo para proteção ambiental e conservação do patrimônio cultural do mesmo. Segundo a geógrafa francesa Mazuel (2000, p. 95), podemos dizer que “há uma França rural preservada e autêntica”, cuja base reside no patrimônio rural construído, nos recursos naturais, em antigas práticas agrícolas e num estilo de vida próprio do meio rural. Frente às ameaças de desertificação das áreas rurais, de acordo com Laurent e Mamdy (2000, p.163), o turismo rural francês, além de servir para valorização do patrimônio local, “é o meio de manter no campo uma população que pode encontrar no local um complemento de renda e também de serviços públicos essenciais”³.

O caso francês é adequado para nortear as discussões nacionais, pois há similitude entre as diversas condições desfavoráveis à garantia da preservação do patrimônio material e imaterial do meio rural no Brasil e na França. Assim, alguns dos fatores motivadores do êxodo rural francês relatado por pesquisadores franceses (LAURENTE; MAMDY, 2000), tais como: o abandono de construções agrícolas inadaptadas, terras não cultivadas, modernização sem critério, ausência de referências próprias dos jovens, também aparecem na realidade social brasileira.

Historicamente, a ruptura do paradigma dualista campo/cidade ocorreu após os anos 1960, data marcada pelo início da observação da chegada das novas tecnologias ao campo. Assim, não caso francês, começa-se a falar em urbanização dos campos ou rurbanização (GERVAIS; JOLLIVET; TAVERNIER, 1976), termo, aliás, utilizado duas décadas depois por José Graziano da Silva para refletir sobre situação similar no Brasil. (cf. SILVA, 1999). Finda a percepção que separava campo e cidade como opostos e que relacionava o campo ao natural e ao agrícola e a cidade ao técnico/industrial, prevalece à ideia da complementariedade desses espaços.

Isso se explica, pois ambos evoluem conforme as necessidades da economia e da sociedade global, regidas, portanto, pelo capitalismo e pelas políticas de Estado. A frase dos autores do quarto volume da *Histoire de la France Rurale*, expressa muito bem essa visão: “(...) *les villes sont ce qu’elles sont parce que les campagnes sont ce qu’elles sont, et inversement*” (GERVAIS; JOLLIVET; TAVERNIER, 1976, p. 13), ou seja, “as cidades são o que são porque os campos são o que são, e vice-versa”.

Inicialmente, o termo utilizado para compreensão das novas alternativas surgidas no meio rural pelos especialistas franceses durante os debates das décadas de 60 e 70 do século XX, entre as quais já aparece o turismo rural, era o de “agricultura em tempo parcial”. Após esse período, surge o conceito de pluriatividade, enfatizado durante os anos 80, visando dar sentido a um processo mais amplo e permanente, não apenas transitório, que esse último carrega.

Como afirma Carneiro em sua tese de doutorado realizada na França:

As atividades complementares ou suplementares à produção agrícola exercidas por um ou vários membros de um grupo doméstico são reconhecidas tanto por aqueles que estudam a questão agrária quanto pelos agentes sociais aí implicados (agricultores e técnicos agrícolas) com a noção de pluriatividade. (CARNEIRO, 1998, p. 151)

A categoria pluriatividade é utilizada, portanto, para designar situações e processos sociais heterogêneos, comporta outras formas de exploração sustentadas não apenas na agricultura, “mas na combinação com outros tipos de atividades econômicas dentro ou fora de uma mesma unidade doméstica”. (CARNEIRO, 1998, p. 149). O turismo aparece nesse cenário como uma das alternativas não agrícolas para aqueles que não querem se tornar “operários-camponeses”, mas que pretendem desenvolver uma produção alternativa ao modelo produtivista. Segundo Gerbaux (1988 apud CARNEIRO, 1998, p. 150):

Para esses, a renda proveniente de atividades associadas à exploração turística ou à comercialização de ‘produtos da fazenda’ (queijos, iogurtes, geléias, sucos de frutas, congelados, etc.) permite a permanência no campo e a continuidade da agricultura em regiões até então ameaçadas pela desertificação.

Neste caso é importante destacar que o turismo aparece como um veículo facilitador para a garantia do espaço rural da agricultura familiar como local de moradia e trabalho, afinal, a pluriatividade acontece dentro do próprio estabelecimento da família. Soma-se à possibilidade de desenvolvimento local ao fortalecimento da identidade campesina que se constrói no cotidiano da vida rural.

Com o tempo, as atividades não agrícolas passam a representar também uma possibilidade para a preservação do meio ambiente. De acordo com Carneiro:



(...) gradativamente, o agricultor pluriativo torna-se ao mesmo tempo modelo e solução para o futuro da agricultura em 'zonas desfavorecidas'. (...) É assim que o recurso às atividades não-agrícolas toma significados políticos tão importantes quanto sua função econômica: o da resistência à ação elitista da política de modernização agrícola francesa e o do questionamento do modelo produtivista instituído como o único e o mais eficaz. (CARNEIRO, 1998, p. 153)

Assim, ainda que tenhamos algumas problemáticas similares, quando pensamos nas soluções adotadas pelo poder público, temos uma enorme distância entre o modelo de políticas públicas voltadas à permanência dos agricultores familiares no campo nos dois países. Enquanto o Brasil ainda baseia majoritariamente suas políticas públicas de acesso ao crédito, exclusivamente, às atividades agropecuárias, a França defende que é indispensável o papel dos investimentos públicos para amenizar as insuficiências dos investimentos privados para o desenvolvimento das atividades turísticas (MAZUEL, 2000).

Importante frisar que os investimentos públicos franceses encontram suas justificativas não apenas em razões econômicas, mas também na percepção de que a permanência dos moradores no campo pode servir para a preservação do meio ambiente, garantir a segurança alimentar e preservar o patrimônio cultural.

Estas três características irão resultar no conceito surgido naquele país de *multifonctionnalité de l'agriculture*, traduzido em português como multifuncionalidade da agricultura (cf. LAURENTE et. al., CARNEIRO, 2003), sendo que o reconhecimento do papel multifuncional da agricultura público pelo governo francês está regulamentado pela legislação francesa através da *Loi d'Orientation agricole* (Lei Nº 99-574 de 09 de Julho de 1999).

Esta nova ruralidade, na qual surgem novas formas de relações entre o campo e a cidade, se mescla, portanto, com o conceito de multifuncionalidade da agricultura. Este conceito, ao atribuir um novo olhar sobre a agricultura familiar e sua relação com o meio ambiente, permite-nos analisar como as práticas reais e ideais relacionadas à pluriatividade podem ocorrer no caso da abertura dos assentamentos rurais ao turismo.

A luta para permanecerem na terra após sua conquista, faz com os assentados adotem práticas pluriativas para garantir se sua reprodução social, embora ainda pouco pesquisadas.

Dentre as diversas opções que se apresentam: trabalho assalariado, bicos, diárias, etc, o turismo parece-nos relevante pois, além de ser fato consumado em algumas localidades, apresenta a vantagem de permitir que as famílias fiquem em suas terras, tendo-as, concomitantemente, como local de moradia e de trabalho.

Longe de supor o turismo com panacéia, acreditamos que, com base no conceito

de multifuncionalidade da agricultura, podemos supor que o mesmo possa ser um vetor de valorização da cultura rural, de garantia de segurança alimentar e de preservação ambiental. Certos de que a verificação dessa hipótese é ainda bastante incipiente no ambiente acadêmico, carente de mais reflexão e pesquisas.

TURISMO E SOCIEDADE: O CASO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Pensar na viabilidade turística no espaço da reforma agrária sob o viés sociocultural e ambiental abarca uma multiplicidade de questões que ultrapassam a dimensão econômica do “negócio turístico”, afinal, as trocas sociais decorrentes da abertura das porteiças dos lotes aos visitantes carregam consigo novas reconfigurações dos papéis sociais desempenhados pelos membros da família de acordo com sua posição, gênero e geração naquele momento e sua relação com o espaço físico local.

Ainda que raros, uma compilação de alguns trabalhos relevantes para a questão aponta, porém, para algumas percepções mais gerais sobre o fenômeno.

A primeira observação se refere à dimensão geográfica das análises, as quais mostram que a prática não está restrita a alguma região específica do país, mas sim, aparece em várias regiões brasileiras.

Localizamos relatos da presença do turismo em assentamentos no município Padre Bernardo, no assentamento Colônia I, em Goiás (RODRIGUES, 2009), em Nioaque, assentamento Andalúcia (BANDUCCI Jr, s/d), e em Itaquirá, assentamento Sul Bonito (RAMIRO, DIAS, 2011; DIAS, 2011), ambos no estado do Mato Grosso do Sul, no assentamento Cana Brava, em Unaí, Minas Gerais (COSTA MELLO, 2005), assentamento Taquari, em Paraty, Rio de Janeiro (FLEXOR, GAVIRIA, 2003), alojamento Frei Humberto do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e assentamentos Coqueirinho e Tremembé, no Estado do Ceará (BORGES; ESMERALDO; NASCIMENTO, 2012), assentamento Barra Azul, no município de Bonito, em Pernambuco (SILVA, 2000), além de outros no Estado da Bahia (CAMPOS FILHO et. al., 2010).

Outra questão recorrente é a descrição de atrativos naturais, quer sejam rios ou lagos que cruzam o espaço do assentamento, áreas de reserva ainda preservadas, cachoeiras ou mesmo o tradicional “turismo sol e praia”, caso do assentamento de Coqueirinho no Ceará.

A necessidade da presença de grupos organizados nos assentamentos em associações e/ou cooperativas, ou até mesmo em grupos ainda informais, também é *sine qua non* para que o turismo ocorra.

Em todos os trabalhos, o turismo no espaço da reforma agrária apareceu como uma forma complementar a produção agrícola existente, o que, por sua vez, nos remete a garantia da função social da terra acoplada ao agroturismo. Assim, o turismo aparecerá como um fator de impulsão e de valorização das práticas agríco-



las e não como substituição da mesma, visto que a produção agrícola, especialmente em áreas desapropriadas, é ela mesma um dos potenciais atrativos.

Como nos mostra Maluf (2003):

(...) mesmo reconhecendo o caráter pluriativo das famílias rurais, a importância da 'agricultura em geral' se revela nas raízes agrícolas das principais atividades rurais classificadas como não agrícola (processamento agroindustrial e turismo rural), no trabalho agrícola temporário em outros estabelecimentos e nas várias implicações para a dinâmica econômica dos territórios (MALUF, 2003, p. 139).

A oportunidade de geração de renda não agrícolas viabilizadas pelas organizações formais e/ou informais de assentados permite a garantia do espaço de moradia em consonância com o espaço de trabalho nos assentamentos.

No caso dos assentamentos podemos supor, portanto, que a adoção de tais práticas possa auxiliar na redução do êxodo rural e na queda do absenteísmo. Por fim, uma quinta observação é a presença, em todos os casos analisados, de parcerias com organizações não governamentais ou com universidades próximas aos mesmos.

Tudo isso analisado em conjunto nos remete, por sua vez, ao conceito de turismo de base comunitária (cf. CORIOLANO, 2009), o qual, sem dúvida é o mais viável para esses espaços. Isso porque o turismo de base comunitária altera a percepção extremamente mercantilista do turismo.

Do ponto de vista histórico, o turismo de base comunitária surgiu como forma de organização coletiva de grupos sociais marginalizados para garantir o direito à permanência em seus territórios e de preservar seu modo de vida.

Nesse sentido, os assentamentos rurais, enquanto espaços desta nova ruralidade nacional, apontam para a criação de novas sociabilidades internas e com o exterior, além do desejo de verem, após tanta disputa política via participação nos movimentos sociais, o direito à uma vida com dignidade no campo e a conquista do reconhecimento social de sua categoria, bastante marginalizada, especialmente, pelos meios de comunicação de massa.

Outro ponto a destacar sobre a base comunitária do turismo refere-se à relação visitante/visitado. Pela própria definição e seus espaços privilegiados, as motivações e o perfil do visitante também fogem ao padrão do turismo de massa. Afinal, quem pensa em visitar um assentamento tendo como valor o acesso ao conforto e ao consumo desenfreado de bens materiais? Muda, portanto, a percepção de quem recebe e de quem visita. Como nos mostra Coriolano (2009, p. 282):

(...) o turismo comunitário é aquele em que as comunidades

de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes.

Menos um espaço de troca mercantilista, embora ela exista, esse espaço turístico privilegia a sociabilidade entre grupos desiguais de uma mesma ou de diferentes sociedades.

Outro aspecto que merece destaque é o domínio das terras de reforma agrária. Os assentamentos estão, em sua maioria, em terras públicas, o que significa que há espaços de uso coletivo, onde, geralmente, estão presentes a infraestrutura de saúde, educação e casas da fazenda desapropriadas para fins de reforma de agrária e que podem servir para uso turístico comunitário.

Difícilmente poderá ser uma opção individual de uma ou poucas famílias, pois os assentamentos estão formatados geograficamente de maneira que a visita não é capaz de ocorrer sem afetar, direta e indiretamente, senão a todos, ao menos à maioria dos moradores, quer pelo uso da infraestrutura coletiva, quer pela circulação maior nas estradas, pelos ruídos e pelo lixo gerado.

Todos esses ingredientes, por assim dizer, estiveram presentes no caso do assentamento por nós trabalhado. Dentre os principais resultados das excursões⁴ realizadas ao assentamento Nova Pontal destacamos os que seguem.

O primeiro deles refere-se à importância simbólica que ser visitado representa do ponto de vista dos assentados. Muito mais do que o caráter econômico, ficou nítido durante as reuniões comunitárias de elaboração dos roteiros que ter seu lote selecionado para recebimento de pessoas de fora significa ter seu trabalho de cuidados com os plantios, criações de animais e moradia valorizados pelo grupo.

Se, por um lado, este fato exclui da seleção do roteiro algumas das famílias presentes, por outro lado, podemos supor que sirva de estímulo futuro para maiores investimentos em seu lote.

De todo modo, mesmo aquelas que foram, quer por auto-percepção, quer pelo grupo, descartadas para essa etapa do roteiro, todas terão sua função específica junto à execução da atividade como um todo.

De fato, conforme questionários aplicados aos visitantes após as visitas, a gastronomia rural é o momento mais valorizado pelos mesmos. Deste modo, o preparo das refeições, a higiene do local e sua oferta demandam um número significativo de pessoas. Assim, enquanto apenas entre duas a três famílias aguardam as pessoas em suas casas, o restante do grupo se organizava junto à escola pública existente no espaço comunitário do assentamento, para oferta do almoço rural, visto ser esse o local mais adequado às normas sanitárias e capaz de abrigar a quantidade de visitantes, geralmente, grupos de 40 pessoas.



Como culturalmente, nas sociedades ocidentais, a esfera alimentar é um domínio essencialmente feminino, notamos que a questão de gênero deva merecer destaque na discussão referente à implantação da atividade turística no meio rural. Esse saber-fazer alimentar torna-as protagonistas nesse cenário, valorizando o trabalho realizado pelas mesmas, tanto dentro do espaço do assentamento, quanto pelos que lá chegam.

Não que a atividade turística se caracterize como exclusivamente feminina, afinal, vemos que os maridos e, às vezes, os filhos jovens procuram auxiliá-las na execução da atividade.

Todavia, no caso do turismo notamos uma inversão da conotação simbólica da divisão sexual do trabalho executado.

Enquanto, no trabalho agrícola é mulher quem oferece uma “ajuda” ao homem, não tendo seu trabalho reconhecido com a mesma intensidade do masculino, no turismo, é o homem quem “ajuda” a mulher em algumas das tarefas, como no caso analisado, especialmente as relacionados a buscar um animal para exibição (um touro ou uma vaca) ou moer a cana para ofertar a garapa aos visitantes.

Como nos mostra Menegat (2009, p. 228), as mulheres “estão (re) abrindo novas portas, relacionadas ao sentido do ser mulheres, num contexto de assentamentos rurais, em lugares sociais e não apenas privados”. O turismo, nesse sentido, pode ser percebido como um vetor dessa busca feminina ao torná-las “visíveis” tanto no âmbito do assentamento, quanto da sociedade na qual se inserem através do “olhar do turista”.

Esta tomada feminina do espaço público apareceu nessa pesquisa como a possibilidade de ampliação das trocas simbólicas e valorização da identidade local. Em alguns depoimentos dados por elas fica nítida a importância que a ampliação do convívio social para além da esfera local significa do ponto de vista da sociabilidade.

Quando perguntada sobre as vantagens e as desvantagens que percebe na implantação do turismo disse-nos uma das associadas da AMANP⁵:

Vantagem e desvantagem ... ai como eu posso explicar? Eu acho assim, que a vantagem é que a gente aprende muita coisa, né, do turismo e a desvantagem, é quando não, a gente não tem assim, quando as pessoas não vêm visitar a gente, a gente fica muito triste, a gente queria que isso acontecesse mais, mais vezes, né, porque é bom a gente se juntar assim, pra trocar experiência. (C. S., associada, casada, 44 anos)

Ou outra fala:

Eu acho vantagem, pra mim é muito importante, porque sempre que tem uma visita, sempre a gente tem, né! A gente sai,

tem uma participação, tem um encontro, encontra outras pessoas, várias pessoas, tipo diferente, né, convivente assim (interrupção – E você vê alguma desvantagem?) Eu acho que não, ao meu modo de pensar não. (L. G., associada, casada, 42 anos)

Embora a dimensão financeira apareça como uma motivação para a implantação do turismo, durante o acompanhamento do projeto, o fortalecimento das relações sociais internas da associação, a participação em reuniões e a troca de experiências com os visitantes são os principais fatores destacados pelas associadas. Obviamente, não queremos dizer que o processo seja isento de conflitos internos, afinal, conforme mostramos anteriormente, a dimensão simbólica de ser visitado trás consequências, por vezes negativas, às relações afetivas entre os participantes.

Importante ressaltar que ainda é prematura qualquer consideração do aspecto financeiro do turismo no assentamento, visto que as atividades foram executadas em caráter associativo, tendo o dinheiro, mesmo que pouco, ficado em nome da AMANP para os investimentos necessários, quer para realização de futuros roteiros, quer para regularização da documentação da associação junto às instâncias necessárias.

A mesma constatação se dá sob o enfoque ambiental, visto que ainda não há dados concretos que nos mostrem que a atividade turística possa contribuir para a conservação dos assentamentos. Todavia, a partir de alguns estudos realizados por outros pesquisadores sobre a relação entre meio ambiente e turismo, podemos apontar algumas possibilidades que julgamos relevantes.

REFORMA AGRÁRIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Da mesma maneira que outros espaços, os assentamentos são regidos pela legislação do Código Florestal, devendo preservar ou recompor as áreas de proteção permanente (APP) e área de reserva legal.

Conforme a Legislação Ambiental Brasileira, a APP é definida como:

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Inciso II do Art. 3º da Lei 12.651/2012).

Deste modo, são consideradas por esta lei entre outras áreas, as faixas marginais em todos os corpos de água, seja em áreas urbanas ou rurais, além de topos de morros, restingas e manguezais.

A reserva legal, segundo o Art. 12 da Lei 12.651/2012 é a área com cobertura vegetal nativa que toda propriedade rural deve manter, além da APP, sendo definida como:



Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (Inciso III do Art. 3º da Lei 12.651/2012).

As áreas de reserva legal deverão representar 80% da propriedade rural nas áreas de floresta, 35% nas de cerrado e 20% nas áreas de campo gerais, na região da Amazônia Legal. Nas demais regiões do país, a reserva legal deverá constituir 20% da propriedade (Art. 12 da Lei 12.651/2012).

Segundo Rodrigues et al. (2007), a Reserva Legal tem função estratégica na contribuição para a conservação da biodiversidade e para a manutenção do equilíbrio ecológico. No entanto, observa-se que a ação coercitiva do Estado não tem sido suficiente para assegurar o cumprimento da legislação ambiental com relação às áreas de Reserva Legal e de APP.

Embora o valor ambiental e econômico dessas áreas já tenha sido reconhecido por diversos setores da sociedade, pode-se perceber que ainda existem barreiras culturais, técnicas e econômicas que dificultam que tais exigências legais sejam cumpridas pelos produtores rurais.

Nas áreas de reforma agrária podemos dizer que o problema ambiental se agrava. O retrato dos assentamentos de reforma agrária brasileiros mostra que a maioria deles foi implantada em locais anteriormente devastados, constituídos por pastagens abandonadas, mas com fragmentos de floresta ⁶

O assentamento Nova Pontal não escapa a essa constatação. Apesar de ter potenciais atrativos naturais (característica que como vimos é comum aos assentamentos que vêm abrindo as portas aos turistas), no Nova Pontal, são as águas represadas da Usina Hidrelétrica de Rosana que banham vários lotes do assentamento que dão à paisagem sua valorização simbólica aos que lá vão. Todavia, grande parte de suas áreas de preservação permanente e de reserva legal encontram-se desmatadas.

Aliás, a região do oeste paulista, na qual se encontra o assentamento Nova Pontal é a mais recente área devastada do Estado de São Paulo. Os cerca de 247.000 ha de predomínio de Floresta Estacional Semidecidual, conhecida popularmente como Mata Atlântica de Interior, que constituíam a “Grande Reserva do Pontal” começaram a ser derrubados no início da década de 1940.

O processo de desmatamento acelerado a partir de 1950 resultou no drástico cenário ambiental atual, em que restam, apenas, em torno de 1,85% da área original de florestas, representadas pelo Parque Estadual do Morro do Diabo e os fragmentos que compõem a estação Ecológica do Mico Leão Preto e alguns outros (São Paulo, 1999).

O histórico de degradação ambiental está relacionado à grilagem de terras na região ainda no século XIX. O processo de desmatamento é intensificado em meados do século XX na tentativa de legitimar a posse de terras, quando grande parte da floresta do Pontal do Paranapanema foi transformada em plantações ou pastagens.

Há que se considerar também a construção das ferrovias e a expansão do cultivo do café, que contribuíram de forma bastante significativa para a derrubada da floresta. E, posteriormente, a construção das barragens de usinas hidroelétricas resultaram em mais devastação (DEAN, 1996; BEDUSCHI FILHO, 2002) e deram início, após conclusão das obras, ao início da luta pela terra na região.

O fato de ainda possuir áreas de floresta preservadas faz com que o Pontal seja alvo de ações pontuais de organizações não governamentais e de certa, ainda que insuficiente, fiscalização do poder público.

Neste sentido, destaca-se a proposta de um corredor ecológico no Pontal do Paranapanema, que poderia ser estabelecido pela ligação do Parque Estadual do Morro do Diabo com os fragmentos que formam a Estação Ecológica do Mico Leão Preto e as unidades de conservação dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Esse projeto vem sendo trabalhado por organizações não governamentais, em parcerias com instituições públicas e privadas, num projeto vinculado a um edital do Ministério do Meio Ambiente. Nesse sentido, esta ligação precisaria ser assegurada por meio da adequação das áreas protegidas – APP e reserva legal, que deveriam existir nas propriedades rurais, as quais, em sua grande parte, são áreas de reforma agrária.

Nesse sentido, os assentamentos rurais poderiam ser atores importantes para essa conservação. Todavia, há que se considerar que, para o pequeno agricultor familiar, conforme mostram Ramos Filho e Francisco (2004), as dificuldades parecem ser ainda maiores, relacionadas, principalmente, ao sustento da família, pois há pouca área disponível para cultivo e, falta auxílio técnico, político e econômico para sobrevivência e manutenção dessas populações no campo.

No caso dos assentados, faltam recursos financeiros para recuperação dessas áreas nos lotes e também há dúvidas sobre a responsabilidade legal para essa ação, visto que a terra já lhes foi outorgada bastante devastada.

Se nalguns casos, como esclareceram Le Tourneau e Bursztyn (2010), o pouco conhecimento da legislação ambiental e a carência de alternativas tecnológicas e de infraestrutura de qualidade contribuem para que os agricultores assentados não respeitem as áreas de preservação permanente e as reservas legais e não se preocupem em recuperá-las, como acontece, por exemplo, na região amazônica, noutros, como é o caso aqui apresentado, mesmo que tenham consciência, não possuem recursos ou não se sentem responsáveis pelos danos para buscar amenizar os impactos.

Assim, apesar da existência da reserva legal ser uma exigência jurídica, na prática



ela não é respeitada. Contudo, a União Internacional de Conservação da Natureza (1984) enfatiza que uma comunidade rural pode ter uma boa relação com as áreas protegidas. Para isso, só depende da relação existente entre elas e do conhecimento, por parte da comunidade, dos benefícios diretos que os ecossistemas naturais prestam às populações rurais e à agricultura, em geral.

No caso do Pontal do Paranapanema, a recuperação de áreas devastadas é relevante para o futuro agrícola da região. Os principais tipos de solo da região, segundo o Atlas Interativo do Pontal do Paranapanema, são caracterizados como Latossolos Vermelho-Escuro e podzólicos, predominantemente arenosos (Rodrigues et al., 2007), que tem como consequência a suscetibilidade a erosão.

As APPs e as reservas legais são importantes no auxílio ao controle da erosão, protegendo a terra e impedindo que suas partículas sejam arrastadas empobrecendo o solo e prejudicando as futuras culturas, além de impedirem que o material carregado alcance os corpos d'água e alterem a qualidade da água.

Importante para a melhoria das atividades agrícolas, a recuperação dessas áreas poderia, também, vir a ser tornar um atrativo há mais para visitas ao local. Agricultura e turismo poderiam ser, então, os ingredientes capazes de conciliar desenvolvimento econômico rural e a conservação dos recursos naturais, conforme já haviam apontado antes Campanhola, Silva e Laurenti (2001).

Para que as representações locais sobre a necessidade de conservação ambiental sobressaíam acreditamos que seja necessário o surgimento da percepção de que outros benefícios, além dos ambientais, estejam acoplados ao trabalho de replantio e/ou de conservação. O que, por sua vez, remete-nos à discussão do turismo no espaço rural, o qual, além de poder alterar as percepções simbólicas sobre as práticas culturais e sua relação com a natureza, poderá, gerar complementação econômica ao orçamento familiar.

Na literatura acadêmica há exemplos de espaços onde o turismo foi um incentivador para a conservação de espaços, evitando assim, a continuidade dos desmatamentos.

Fons, Fierro e Patiño (2011) salientam que os atores do turismo rural na Espanha estão conscientes de que a qualidade ambiental é o principal elemento para o sucesso da atividade. E acrescentam que a manutenção das áreas naturais originais é o que confere a autenticidade ao cenário rural, apontada pelos turistas como um dos fatores motivadores na escolha pelo turismo rural.

No Brasil, os municípios de Bonito (MS) e Brotas (SP) são exemplos clássicos da tendência de criação e utilização das áreas rurais para o uso no turismo.

Bonito, no Mato Grosso do Sul, passou por transformações em seu perfil econômico, com a substituição das atividades de mineração e agropecuária pelo turismo, estando, a maioria dos atrativos localizados dentro das propriedades rurais (ALHO; SABINO; ANDRADE, 2007; MEDINA JUNIOR, 2007).

Campanhola e Silva (2000) destacam que dos vinte e cinco passeios disponíveis na região, somente dois são realizados fora das propriedades rurais. Essa constatação serve como estímulo à conservação ambiental, visto que as fazendas que pouparam seus recursos naturais, hoje, podem usufruir deles, aumentando a sua renda pela exploração das atividades turísticas.

Em Brotas, no interior paulista, as propriedades rurais que possuem atrativos naturais como cachoeiras, nascentes e corredeiras também têm sido beneficiadas com o crescimento da atividade turística, observado nos últimos anos (MAGRO, 2002).

Neste contexto, podemos formular a hipótese de que o turismo no espaço rural no âmbito da multifuncionalidade das novas ruralidades contemporâneas, e dentre estas, nos assentamentos rurais, pode servir como uma alternativa capaz de contribuir com a conservação ambiental e de estímulo à recuperação de áreas desmatadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser um campo de estudo ainda recente, qualquer conclusão pode ser precipitada. Doravante, destacamos alguns aspectos que consideramos relevantes.

Embora sejam universos bastante diferentes, França e Brasil ainda apresentam grande número de agricultores familiares que buscam, através da pluriatividade, cada qual segundo suas escolhas culturais, garantirem seu direito à permanência com dignidade no campo.

Dentre as alternativas pluriativas possíveis destacamos o caso do turismo no espaço rural. O aspecto mais relevante desta opção reside na possibilidade de manter o local de moradia do agricultor em coincidência com seu local de trabalho. Tal constatação é fundamental, pois, a agricultura e a pecuária exigem cuidados cotidianos, com momentos de maior ou menor demanda de mão-de-obra da família.

Essa sazonalidade também se apresenta como fator positivo em defesa da atividade turística concomitante à agricultura familiar, visto que ambas poderiam se combinar conforme a disposição dos membros da família segundo suas características de gênero e geração e a época do ano.

Aos idosos, para os quais o trabalho “mais pesado” do campo, como o preparo do solo para plantios, capinagem, entre outros, passa a ser difícil fisicamente de cumprir, cuidar de outras opções como o recebimento de visitantes, oferta de alimentos e narrativa de histórias do lugar poderiam desempenhar a função de seu reconhecimento social.

Nesse caso, a valorização é muito mais sobre o aspecto simbólico do que material, visto que, desde 1991, os agricultores familiares brasileiros tem seu direito previdenciário a aposentaria rural garantidos por lei na qualidade de “segurados especiais”. Direito este, que possibilita o reconhecimento material junto ao grupo familiar.



Já no caso dos jovens, ainda pensando na questão geracional, o turismo poderia responder à necessidade de maiores contatos sociais e também aparecer como resposta à desvalorização econômica e simbólica da profissão de agricultor perante os olhos dessa geração.

Cada vez mais, após conquistarem um grau de escolaridade maior que o das gerações anteriores, os jovens demonstram interesse em sair do meio rural em busca de um trabalho que consideram melhor, tanto ideal quanto economicamente.

Na questão do gênero, a observação desse estudo empírico, mostrou como a sociabilidade interna e externa gerada pelos contatos sociais com os visitantes é de extrema importância para a valorização do trabalho feminino no campo.

Saberes tradicionais, muitas vezes restritos à esfera doméstica, como moer o café plantado no lote, a fabricação de queijos com leite produzido por seu gado, a fabricação de compotas de doces com as frutas da época, a comida do dia a dia, feita com verduras do local e, às vezes, com o abatimento de uma galinha criada por eles, toma, então, valor de mercadoria.

Ao se tornarem mercadorias, esses saberes tradicionais do campo, valorizam material e simbolicamente as mulheres, mas o que ainda não sabemos é como isso poderá alterar as relações sociais nestes contextos.

Não há como prever como essa “mercantilização” turística, até mesmo das relações sociais, irá alterar o modo de vida desta população. Esse é, a nosso ver, o principal ponto que deve ser discutido e analisado pela academia, de preferência, junto a esses grupos. Obviamente, a decisão de como querem estruturar suas vidas cabe somente aos que estão diretamente envolvidos na atividade. Todavia, acreditamos que a academia possa ser uma articuladora junto a essa discussão pela busca de melhores soluções ao problemas que, certamente, surgirão.

Além do ponto de vista cultural, tem-se a questão ambiental das áreas de reforma agrária. Até o momento, poucos são os exemplos de áreas onde os replantios foram realizados e a paisagem foi reconstituída. Dois casos parecem ser bastante frequentes: aqueles onde a área já foi desapropriada bastante desmatada (caso desse estudo), ou casos de desmatamento realizado após concessão das terras em decorrência da necessidade de ampliação da área acoplada à ausência de consciência ambiental dos assentados.

Portanto, sob o ponto de vista ambiental ficamos na esfera meramente especulativa das possíveis consequências do turismo no espaço rural da agricultura familiar. Todavia, optamos pela postura otimista de que se o turismo for capaz de melhorar a percepção que a sociedade tem sobre os assentados e, assim, a maneira como eles próprios se percebem nesse contexto social, a conservação ambiental e quiçá o reflorestamento de áreas possa fazer sentido para os mesmos.

Doravante, do ponto de vista das políticas públicas para o turismo no campo estamos,

no caso brasileiro, ainda num estágio bastante incipiente. Primeiramente, ainda não sabemos o potencial atrativo exato que temos no espaço rural tendo em consideração sua enorme diversidade.

As poucas políticas que visualizam o turismo na agricultura familiar ainda são de difícil acesso e quase nenhuma é divulgada aos pequenos agricultores, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – Turismo Rural. E, mesmo assim, no caso dos assentamentos rurais, ao terem como público alvo a família, dificultam a execução do turismo de base comunitária, o qual, a nosso ver, seria o mais adequado para as áreas de reforma agrária do Brasil.

Para tanto, deveriam ter como foco as associações formais e, necessariamente, a parceria das instituições públicas de assistência técnica e extensão rural próprias dos espaços comunitários dos assentamentos rurais de reforma agrária, onde poderiam estar condensadas parte da infraestrutura necessária para o recebimento de visitantes, como seria o caso dos restaurantes rurais.

Pensar o turismo para espaços rurais marginalizados geograficamente e simbolicamente requer, portanto, uma inversão da visão tradicional sobre o mesmo, enquanto espaço, prioritariamente, de consumo. Visitar um assentamento pode trazer à tona aquele aspecto de nossa sociedade que estamos acostumados a naturalizar: nossa antiga questão social e a enorme desigualdade social que a acompanha.

Ser visitado possui uma dimensão simbólica muito mais importante que a dimensão econômica, afinal esses grupos que buscam a implantação do turismo de base comunitária conseguem, depois de décadas de segregação espacial e simbólica, naturalizados em sua pobreza pela sociedade brasileira serem vistos. Ser visitado é, nesse sentido, passar a existir de fato dentro da sociedade. Não mais ignorado e “escondido” às margens de uma sociedade que diz desejar ser mais igualitária, mas que, na prática, não reconhece o outro como sujeito de direitos iguais aos seus.

Sendo assim, cabe dizer que a abertura às visitas traz um pouco da cidade ao campo e, por outro lado, mostrou também capaz de servir para romper visões estigmatizadas sobre a reforma agrária, especialmente, veiculadas pelos meios de comunicação de massa, os quais os mostram, geralmente, como baderneiros, marginais e foras da lei. Desta maneira, leva um pouco do campo para a cidade também.

Ao visitarem seu cotidiano, ouvirem sua versão da história da luta fundiária, os visitantes, em sua maioria, saem com uma visão bastante diferenciada sobre a questão. Este é um aspecto que a nosso ver não pode ser descartado da discussão, afinal, perpassa a discussão de que país queremos para o futuro e nos expõe a nossa incômoda questão da desigualdade social.

Ao serem ‘descobertos’ em seu cotidiano, reformulam preconceitos existentes no imaginário social referente à luta pela terra no país e reconstróem suas próprias representações de si e do mundo social que os cercam. Cidade e campo se encontram, se confrontam e se complementam nesse contato.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALHO, Cleber J. R.; SABINO, José; ANDRADE, Luciana Paes de. O papel do turismo para a conservação de recursos hídricos: o caso de Bonito, em Mato Grosso do Sul. Anais do XVII Simpósio de Recursos Hídricos, 2007.

ALVES, Raimundo Nonato Brabo; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama Pecuária versus diversificação da produção nos Projetos de Assentamento no Sudeste Paraense. Comunicado Técnico, 97, Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2004, p. 1 – 6.

BANDUCCI JR, Álvaro. Dilemas do turismo no assentamento rural Andalúcia. s/d. (Texto cedido gentilmente pelo autor)

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. Sociedade, natureza e reforma agrária: assentamentos rurais e unidades de conservação na região do Pontal do Paranapanema. 2002. 104f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

BORGES, Maria Cristiane de Jesus; ESMERALDO, Gema Galgani S. L.; NASCIMENTO, Alessandro Gomes de. Do turismo de massa ao turismo de base comunitária. Quais as implicações no desenvolvimento local? Um estudo de caso do assentamento Coqueirinho- Fortim/CE. In: Comunidades, Natureza e Cultura no turismo. João Pessoa: Editora Universitária Universidade Federal da Paraíba, 2012. p. 1174-1187.

BRANDÃO Jr., A.; SOUZA Jr., C. Deforestation in land reform settlements in the Amazon. Belém, PA: State of the Amazon, n.7, 2006, p. 1 – 4.

BRASIL. Lei n. 12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: julho de 2010.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: OLIVEIRA, C. (Org.). Anais do I Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo no Espaço Rural Brasileiro. Piracicaba, 1999.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano; LAURENTI, Antonio Carlos. Agrotourism as a new income source for the Brazillian small farmers. 2001. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em maio de 2006.

CAMPOS FILHO, Alberto Viana de. et. al. Turismo de base comunitária em assentamentos de reforma agrária: breve trajetória do Programa Terra Sol do INCRA – BAHIA. Anais do VII Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre, 2010. p. 556-559.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (orgs). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. RJ: MAUAD, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Camponeses, agricultores e pluriatividade. RJ: Contra Capa, 1998.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009. p.277-288.

COSTA MELLO, Paulo. Agricultura familiar e turismo rural: o assentamento Cana Brava (Unai/MG). Universidade Federal de Uberlândia, Dissertação de Mestrado em Geografia, 2005.

DEAN, Warren. A ferro e a fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Isabela Marcantonio. Pluriatividade e assentamentos rurais: o caso do assentamento Sul Bonito em Itaquiraí/MS. Trabalho de Conclusão de Curso de Turismo. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2011.

FLEXOR, Georges; GAVIRIA, Margarita. A terra, a natureza e as regras: a multifuncionalidade da agricultura em Paraty. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (orgs). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. RJ: MAUAD, 2003. p. 74-87.

FONS, M. Victoria Sanagustín; FIERRO, José A. Moseñe; PATIÑO, Mária Gómez y. Rural tourism: a sustainable alternative. Applied Energy, v.88, 2011, p. 551 – 557.

GARCIA JR, Afrânio. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. RJ: Paz e Terra, 1983.

GERVAIS, Michel; JOLLIVET, Marcel; TAVERNIER, Yves. La fin de la France paysanne (tome 4). In: DUBY, Georges; WALLON, Armand (sous la direction). Histoire de la France rurale. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

IUCN – UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. Estratégia mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos, para um desenvolvimento sustentado. São Paulo: CESP, 1984. (sem número de páginas).

LAURENT, Christiane; MAMDY, Jean-François. O turismo rural na França. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (orgs.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 4ª Ed.; Campinas/SP: Papyrus, 2000. p. 163-180.

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Ama-



zônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. Campinas, SP: Ambiente & Sociedade, v. XIII, 2010. p. 111 – 130.

MAGRO, Teresa Cristina. Ambiente natural e turismo em meio rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Orgs). Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2002, p. 141 – 162.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MAZUEL, Luc. Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês. In: ALMEIDA, Joaquim Aécio; RIEDL, Mário. Ecologia, Lazer e desenvolvimento. Bauru/SP: EDUSC, 2000. p. 95-115.

MEDINA Jr., Paulino Barroso. Avaliação dos impactos da visitação pública no rio Formoso, Bonito, MS, Brasil: subsídios à gestão ambiental do turismo em áreas naturais. 2007, 156f. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas? In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lombas de (orgs.). Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário. Dourados/MS: Editora UFGD, 2009. p. 207-234.

RAMIRO, Patrícia Alves, DIAS, I. M. Identidade e Turismo nos espaços rurais dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Revista Geográfica de America Central. Número Especial EGAL - Costa Rica. , v.2, p.01 - 16, 2011.

RAMIRO, Patrícia Alves; MANCUSO, Maria Inês Rauter. Revisitando o campo: o retorno e a permanência no meio rural. Cadernos CERU, USP, v. 20, 2009. p. 16-31.

RAMOS FILHO, Luis Octávio; FRANCISCO, Carlos Eduardo da Silva. Legislação florestal, sistemas agroflorestais e assentamentos rurais em São Paulo: restrições ou oportunidades? Curitiba: Anais do Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, 2004, p. 211 – 213.

RODRIGUES, Juarez Martins. Ecoturismo construindo a materialidade dos assentamentos: uma história de legitimação da terra no Distrito Federal. – DF. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 2, . 2, 2009. p. 118-141.

RODRIGUES, Elisângela Ronconi; CULLEN Jr., Laury C.; BELTRAME, Tiago Pavan; MOSCOGLIATO, Antonio Vicente; SILVA, Ivan Crespo. Avaliação econômica de sistemas agroflorestais implantados para recuperação de reserva legal no Pontal do Paranapanema, São Paulo. Viçosa, MG: Revista Árvore, v. 31, n. 5, 2007, p. 941 – 948.

SANTOS, Alessio Moreira dos; MITJA, Danielle. Agricultura familiar e desenvolvi-

mento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. Campo Grande, MS: Interações, v. 13, 2012, p. 39 – 48.

SÃO PAULO/SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Pontal do Paranapanema: zoneamento ecológico. São Paulo, 1999.

SILVA, José Graziano; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. Campinas/SP: Editora UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

TELLES, Vera da Silva Telles. Pobreza e Cidadania. SP: Editora 34, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

NOTAS

¹ Na verdade, no Brasil, só vão assegurar a condição de universidade as instituições que desenvolvem as três atividades: ensino, pesquisa e extensão. (cf. MACEDO et. al., 2005)

² A expressão “terra de trabalho” aparece na obra de Afrânio Garcia Jr. como “a terra usada para o cultivo das ‘lavouras de subsistência’ pelo trabalhador e sua família” (GARCIA, 1983, p. 35). E também aparece como conceito na obra de José de Souza Martins (1980), em oposição ao conceito de “terra de negócio”, ou seja, a terra como especulação financeira.

³ Além disso, com base em argumentos quantitativos sobre a importância do turismo para a economia francesa, Laurent e Mamdy (2000), mostram que “o consumo turístico, em crescimento desde 1970, representa um saldo exterior da balança de pagamentos de 60 bilhões de francos franceses a cada ano, cifra que ultrapassa o saldo do setor agroalimentar”, sendo que, o turismo rural é de interesse de 80% do território nacional francês. Ao final do século XX, a oferta francesa de práticas vinculadas ao turismo no espaço rural, extremamente dispersa, representava 52% da capacidade total do alojamento turístico, 28% das estadas e 22% das despesas dos turistas. (LAURENT; MAMDY, 2000, p. 164)

⁴ Optamos pelo termo expedição aqui ao invés de turismo, pois os visitantes eram todos moradores do município de Rosana e também porque as visitas duraram por volta entre três a cinco horas.



⁵ As entrevistas aqui presentes foram realizadas por Carolina Barbosa Brandão durante execução de trabalho de Iniciação Tecnológica/CNPq sob orientação da professora Dra. Patrícia Ramiro.

⁶ No caso dos assentamentos da Amazônia pesquisas mostram que os mesmos continuam a perder habitats naturais com o passar do tempo. Brandão Jr. e Souza Jr. (2006), destacam que, apesar das áreas nas quais os projetos de assentamentos são instalados, já serem antigas fazendas desmatadas, observa-se sempre um aumento significativo de desflorestamento após a criação dos projetos, com elevadas taxas de desmatamento anuais nessas áreas. No Assentamento Palmares II, localizado em Parauapeba, no Pará, distante cerca de 700 Km de Belém, a área de floresta foi reduzida em mais de 30 %, em 10 anos de implantação, devido às práticas agrícolas dos produtores familiares (SANTOS; MITJA, 2012). Segundo Alves e Homma (2004), condições socioeconômicas e ambientais precárias são comuns nos assentamentos de reforma agrária no sul e sudeste do Pará, que no futuro resultarão no completo esgotamento dos recursos naturais. Dados de uma pesquisa realizada Brandão Jr. e Souza Jr. (2006), em assentamentos do bioma amazônico demonstraram que em 2002, a proporção da área desmatada era de 49%. Tourneau e Bursztyn (2010), em assentamentos na região de Santarém também confirmaram o elevado nível de degradação ambiental na Amazônia, pois mais de 90% da área estudada foi desmatada em 30 anos de instalação dos projetos. Segundo Tourneau e Bursztyn (2010), a questão do desmatamento em assentamentos de reforma agrária aparece frequentemente nas discussões públicas, sendo que em 2008 recebeu destaque, pois foi quando o Ministério do Meio Ambiente incluiu os projetos do INCRA entre os maiores degradadores da Amazônia.

